**ESTADO DE SANTA CATARINA**
**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**
**EMPREGO PÚBLICO / CONCURSO PÚBLICO**
**PROVA OBJETIVA**

CURSIVA
Assessoria e Consultoria

**CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS**

**CANDIDATO (A): _____**

**FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS CANDIDATOS:**

- ✓ Comunicar-se com outros candidatos.
- ✓ Fazer qualquer tipo de consulta ou uso de equipamentos eletrônicos.
- ✓ Sair com material referente à prova.
- ✓ Ausentar-se do local da prova sem o acompanhamento de um fiscal.

**ORIENTAÇÕES IMPORTANTES**

01 - Este caderno contém questões do tipo múltipla escolha.
02 - Verifique se o caderno contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
03 - Cada questão do tipo MÚLTIPLA ESCOLHA tem 4 (quatro) alternativas (A - B - C – D). Apenas 01 (uma) resposta é correta. Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma delas sem resposta. Se isso acontecer, a questão será anulada.
04 - Para marcar as respostas definitivas no seu CARTÃO RESPOSTA do tipo MÚLTIPLA ESCOLHA, use caneta esferográfica com tinta preta. NÃO utilize caneta com tinta vermelha ou lápis.
05 - Ao receber o CARTÃO RESPOSTA preencha-o corretamente.
06 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
07 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.
08 – 40 minutos após o início das provas, você poderá retirar-se da sala SEM LEVAR ESTE CADERNO.
09 - Em nenhuma hipótese, o candidato poderá levar o Caderno de Provas e/ou o Cartão de Resposta.
10 - No encerramento das provas, há necessidade de pelo menos três candidatos presentes na sala. Isso faz parte das normas para transparência na fiscalização do Concurso.
11. A duração da prova será de Quatro Horas.

Anote aqui suas respostas.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |

**01. Leia com atenção:**

*I- Diferir – Deferir;*
*II- Emergir – Imergir.*

Sobre os itens acima:

a) Apenas I apresenta homônimos.
b) Apenas II apresenta parônimos.
c) Ambos são parônimos.
d) Ambos são homônimos.

**02. Está incorreto quanto à concordância:**

a) A criança ficou meia cansada.
b) É permitido entrada de crianças.
c) É permitida a entrada de crianças.
d) Elas mesmas irão lá.

**03. Leia com atenção:**

*I- Viagem é substantivo;*
*II- Viajem é forma do verbo viajar.*

Sobre os itens acima:

a) Ambos estão incorretos.
b) Ambos estão corretos.
c) Apenas I está correto.
d) Apenas II está correto.

**04. São pronomes indefinidos invariáveis:**

a) Quantas – Nenhumas.
b) Qualquer – Quaisquer.
c) Alguém – Quem.
d) Algum – Alguma.

**05. Assinale a alternativa em que a frase está corretamente escrita:**

a) A sinusite foi tratada atravéz de anestesia.
b) A sinuzite foi tratada atravéz de anestesia.
c) A sinuzite foi tratada através de anestezia.
d) A sinusite foi tratada através de anestesia.

**06. Assinale a alternativa em que o uso do sinal indicador de crase foi acertado:**

a) Chegou à tempo ao trabalho.
b) Dirijo-me à Argentina.
c) Vieram à pé.
d) Vende-se à prazo.

**07. *"A sua tradução estava quase no fim, já estava bastante prático, pois com o tempo adquirira um vocabulário suficiente (...)".***

Na frase acima, extraída da obra de Lima Barreto, as orações destacadas classificam-se como:

a) Coordenada assindética – Coordenada sindética explicativa.
b) Coordenada assindética – Coordenada sindética optativa.
c) Coordenada sindética – Coordenada sindética avaliativa.
d) Coordenada sindética - Coordenada assindética aditiva.

**08. Assinale a alternativa em que pelo menos uma das palavras deveria ter sido escrita com G e não com J:**

a) Jeito – Majestade.
b) Penujem – Vertijem.
c) Alforje – Jiboia.
d) Jerusalém – Jesuíta.

**09. *"Apenas um ou outro aluno comparecia à aula na sexta-feira à noite."***

Na frase acima, ocupa a função de locução pronominal indefinida:

a) Apenas.
b) Sexta-feira à noite.
c) Aluno comparecia.
d) Um ou outro.

**10. A língua falada dispõe de recursos muito variados para exprimir suas pausas e entoações. Na língua escrita, essas pausas e entoações são representadas:**

a) Pela ocorrência de crase.
b) Pelas vozes do verbo.
c) Pelos sinais de pontuação.
d) Pelo emprego de nexos.

**11. Dividindo o número 60 em partes diretamente proporcionais a 2, 3 e 5, tem-se, respectivamente:**

a) 10; 20; 30.
b) 12; 20; 28.
c) 12; 18; 30.
d) 14; 22; 24.

**12. Para a realização de sua corrida matinal, Maria utiliza 1 hora, 40 minutos e 30 segundos do seu tempo todos os dias. Considerando que ela pratica este exercício pelo tempo de 5 dias, é correto afirmar neste tempo Maria gasta, em segundos, um total de:**

a) 6030 segundos.
b) 30150 segundos.
c) 42360 segundos.
d) 43780 segundos.

**13. Uma piscina redonda infantil possui raio igual a 2 metros e altura igual a 50 centímetros. Com base nisso, é correto afirmar que o volume da piscina, em metros cúbicos, é igual a:**

a) $\pi$
b) $2\pi$
c) $3\pi$
d) $4\pi$

**14. Considere a seguinte situação hipotética: Uma loja de pisos cerâmicos possui em estoque para venda cerca de 24000 metros quadrados de piso. Considerando que a loja fará uma reforma para ampliar o espaço e que para isso ocupará 15% do total de piso em estoque, é correto afirmar que ainda restarão para venda:**

a) 20400 m² de piso.
b) 15800 m² de piso.
c) 14200 m² de piso.
d) 3600 m² de piso.

**15. Uma parcela de R$ 400,00 vencida a 2 meses, rendeu de juros um valor de R$ 25,60. Com base nisso, é correto afirmar que a taxa de juros simples mensal cobrada após o vencimento, em porcentagem, foi de:**

a) 1,2% ao mês.
b) 2,4% ao mês.
c) 3,2% ao mês.
d) 3,6% ao mês.

**16. De acordo com o que prevê expressamente o artigo 50 da Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, são condições essenciais para investidura no cargo de Secretário ou Diretor:**

a) Domicílio Eleitoral na circunscrição;
b) Estar no exercício dos direitos políticos;
c) Filiação partidária;
d) Idade mínima de dezoito anos;

**17. Conforme o art. 96 da Lei Orgânica de Santa Terezinha do Progresso/SC, assinale a alternativa incorreta. As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo mediante encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, nos seguintes prazos:**

a) Até o dia 05 de janeiro, as leis estabelecendo o plano plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual;
b) Até trinta dias subsequentes ao mês anterior, o balancete mensal;
c) Até dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, o balanço anual;
d) O poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

**18. Conforme prevê expressamente o artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que trata das receitas tributárias repartidas, pertence ao município:**

I – O produto de arrecadação de impostos da união sobre rendas e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, por ele suas autarquias e fundações que instituir ou manter;

II – Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da união sobre propriedade rural relativamente aos móveis nele situados;

III – Trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre propriedade de veículos automotores e licenciados em seu território;

IV – A sua parcela de 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal de comunicação ICMS.

Está(ão) corretas:

a) Apenas as afirmativas III e IV;
b) Apenas as afirmativas II, III e IV;
c) Apenas as afirmativas I, II e IV;
d) Todas as afirmativas.

**19. De acordo com o que prevê expressamente o parágrafo 4 do artigo 9º da Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, são condições de elegibilidade para o exercício do mandato de vereador, afora:**

a) Ser alfabetizado;
b) Alistamento eleitoral;
c) O domicílio eleitoral na circunscrição;
d) A idade mínima de vinte e um anos.

**20. Assinale a alternativa incorreta. De acordo com a previsão do art. 71 da Lei Complementar nº. 10/2009, o servidor fará jus a férias, que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica, nas seguintes proporções:**

a) 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 21 (vinte e uma) a 30 (trinta) faltas durante o período aquisitivo;
b) 15 (quinze) dias corridos, quando houver tido de 10 (dez) a 20 (vinte) faltas durante o período aquisitivo;
c) Não terá direito a férias, o servidor que durante o período aquisitivo houver faltado, injustificadamente, mais de 30 (trinta) dias;
d) 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 10 (dez) vezes durante o período aquisitivo.

**21. As fontes formais do direito tributário podem ser divididas em duas espécies: fontes formais principais e fontes formais acessórias. Assinale a alternativa que indica corretamente uma fonte acessória:**

a) Atos normativos expedidos por autoridades competentes.
b) Convênios do Confaz.
c) Tratados e convenções internacionais.
d) Resoluções do Senado Federal.

**22. A lei complementar em direito tributário, conforme dispõe a Constituição Federal, é aplicada para:**

a) Instituir limitações constitucionais ao poder de tributar.
b) Estabelecer adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
c) Instituir o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

d) Regulamentar medidas provisórias tributárias.

**23. A norma infraconstitucional que poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, de forma a satisfazer o princípio da isonomia tributária refere-se à:**

a) Lei ordinária.
b) Lei complementar.
c) Medida provisória.
d) Lei delegada.

**24. Segundo decorre da Constituição Federal, medida provisória em direito tributário é aplicada para:**

a) Instituir tributo que seja instituído por lei complementar.
b) Matéria tributária já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, mas pendente de sanção ou veto.
c) Majoração de imposto, mas não para instituição de novos impostos, pois somente lei é fonte instituidora de tributos.
d) Alterar alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR), cuja alíquota só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

**25. Em relação aos tratados e convenções internacionais em direito tributário, é correto afirmar que:**

a) Sujeitam-se à legislação tributária interna.
b) Entram em vigor com a assinatura do acordo internacional.
c) Revogam ou modificam a legislação tributária interna.
d) Não podem dispor sobre isenções nacionais.

**26. Sobre o tema competência tributária, é correto afirmar que:**

a) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
b) A capacidade tributária ativa não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
c) A competência tributária pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
d) O não-exercício da competência tributária é deferida à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

**27. É correto afirmar que os Estados e o Distrito Federal possuem competência residual no tocante às(aos):**

a) Impostos sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD).
b) Taxas e contribuições de melhorias.
c) Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
d) Contribuições para a Seguridade Social.

**28. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que:**

a) Terá alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel.
b) Poderá ter alíquotas progressivas em razão da localização do imóvel.
c) Poderá ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel.
d) Não se caracteriza pela extrafiscalidade.

**29. O Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI) é de competência municipal, sendo correto afirmar que possui como característica:**

a) A transmissão gratuita de bens imóveis.
b) Incidir sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma lei, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.
c) Ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel.
d) Tem como fato gerador a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto em caso de penhor, hipoteca e anticrese.

**30. Considerando a contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, analise os itens a seguir e em seguida assinale a alternativa correta**:

*I- É instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.*

*II- A lei relativa à contribuição de melhoria observará como requisito a fixação de prazo não inferior a trinta dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos previstos na publicação.*

*III- A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.*

a) Apenas o item I está correto
b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
d) Todos os itens estão corretos.

**31. Assinale a alternativa incorreta. Segundo disciplina expressamente a Lei Complementar nº. 16/2011, que dispõe sobre normas gerais de direito tributário e de administração tributária do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC e dá outras providências, em seu artigo 34, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:**

a) O cônjuge ou companheiro pelos tributos devidos pelo consorte.
b) Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
c) Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
d) O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

**32. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará o termo de início de fiscalização, que possui como característica:**

a) Antecipar a contagem do prazo decadencial caso ocorra antes do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
b) Determinar o início do procedimento fiscal, sendo necessário posteriormente termo de finalização da fiscalização.
c) Não afastar a possibilidade de denuncia espontânea por parte do sujeito passivo, ficando excluída a responsabilidade em caso de pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

d) Devem ser lavrados em um dos livros fiscais exibidos, sendo vedado a lavratura em separado.

**33. O termo de inscrição em dívida ativa sempre indicará obrigatoriamente:**

a) O número do processo administrativo de que se originar o crédito.
b) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescido.
c) A indicação do livro e da folha da inscrição.
d) O nome do corresponsável.

**34. O crédito tributário possui diversos privilégios e garantias em razão de sua importância orçamentária. Sobre o assunto, é correto afirmar que:**

a) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
b) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente lançado.
c) A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos, admitindo-se a certidão positiva com efeito de negativa como prova de quitação.
d) A fraude em relação à alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, fica afastada na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

**35. A respeito das garantias e privilégios do crédito tributário, analise os itens a seguir e em seguida assinale a alternativa correta:**

*I- O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, inclusive os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.*

*II- Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei.*

*III- A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.*

a) Apenas o item I está correto
b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
d) Todos os itens estão corretos.

**36. Acerca da constituição do crédito tributário, é incorreto afirmar que:**

a) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade solidária.
b) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
c) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
d) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.

**37**. **Nos termos do Código Tributário Municipal, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento. De acordo com o que prevê**

**expressamente o art. 48 do citado diploma (Lei Complementar nº 16 de 2011), o lançamento compreende as seguintes modalidades:**

( ) Lançamento Direto: Quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha destes dados;

( ) Lançamento por Homologação: Quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo homologado, expressamente o homologue;

( ) Lançamento facultativo por arbitramento: Quando a Fazenda Municipal verifica a ocorrência de um fato gerador e pode, de modo discricionário, decidir sobre a realização ou não do lançamento, podendo, ainda, arbitrar um valor que considerar adequado para a satisfação da atividade fiscal ou mesmo dispensar o pagamento;

( ) Lançamento por declaração: Quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro na forma da legislação tributária, prestar à autoridade fazendária informações sobre a matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

Julgue as proposições acima e considerando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F), assinale a alternativa que exprime a sequência correta, de cima para baixo:

a) V, V, V, V;
b) V, V, V, F;
c) F, V, V, F;
d) V, V, F, V;

**38. A dilação de prazo para pagamento de tributo devido, em que o crédito tributário se encontra com prazo vencido, caracteriza hipótese de:**

a) Isenção.
b) Anistia.
c) Suspensão.
d) Remissão.

**39. Quanto à transação em matéria tributária, é correto afirmar que**

a) É modo de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
b) É modo de exclusão do crédito tributário.
c) Importa em determinação do litígio e consequente extinção do crédito tributário.
d) A autoridade competente para autorizar a transação pode ser determinada por resolução do ente público.

**40. São hipóteses de interrupção da prescrição do crédito tributário previsto no CTN, exceto:**

a) Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
b) Protesto judicial.
c) Qualquer ato inequívoco que importe em reconhecimento do débito, desde que na órbita judicial.
d) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.